

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 52

A análise de conjuntura do CVM

Ano XI, 17-06-2025



**Ninguém come produto interno
bruto**

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Ninguém come produto interno bruto

Apesar das recentes mudanças na área de comunicação social, responsável pela propaganda do governo Lula, o resultado das pesquisas de opinião pública aponta para a continuidade do seu desgaste político, mesmo entre os setores onde possuía tradicionalmente maior apoio, como nas faixas de menor renda e no Nordeste.

De fato, na última pesquisa do Datafolha, 40% dos consultados consideravam o governo Lula “ruim ou péssimo” e apenas 28% o avaliavam como “bom ou ótimo”. Entre os que recebiam até 2 salários-mínimos, a aprovação foi de apenas 32% e entre os moradores do Nordeste, 37%.

Ao mesmo tempo, o governo publicou estatísticas que, em tese, deveriam propiciar uma maior popularidade. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 12 meses foi de 3,5% no primeiro trimestre de 2025 e colocou o país em terceiro lugar entre os países do G-20[1]. A taxa de desemprego (desocupação) foi de apenas 7,0% (também no primeiro trimestre deste ano) e, nos últimos 12 meses terminados em abril, cerca de 1,6 milhão de vagas com carteira assinada foram abertas no país.

Por que então tanto mal-estar e insatisfação?

Uma das causas recentes foi o desgaste sofrido com a “crise do pix”, quando a extrema direita acusou o governo de querer cobrar imposto sobre as transferências de dinheiro por meio desse sistema de pagamento. O assunto ainda não havia esfriado totalmente e surgiram as denúncias de que entidades associativas haviam fraudado milhões de pessoas com falsas autorizações de desconto nas aposentadorias do INSS. Não adiantou o governo explicar que isso vinha desde o governo Bolsonaro, principalmente porque a prática teve sua maior expansão no próprio governo Lula. Foi demitido o Ministro do Trabalho e o Presidente do INSS e prometida a devolução dos descontos indevidos, mas o estrago já tinha sido feito.

Entre as causas maiores da insatisfação encontra-se certamente a inflação dos alimentos e de outros itens de subsistência dos trabalhadores. A inflação no mês de maio, medida pelo IPCA-15, apontou altas significativas nos preços da batata (21,75%), cebola (6,14%) e café (4,82%), além de importantes incrementos na energia elétrica (1,68%) e nos produtos farmacêuticos (1,93%).

O governo não toma atitudes firmes para evitar a alta dos produtos alimentares. Os estoques reguladores da CONAB foram praticamente extintos por Temer e Bolsonaro e, desde então, não foram significativamente retomados. Além disso, corporações multinacionais intervêm em toda a cadeia do agro, da produção à distribuição, definindo os preços, muitos deles ancorados ao dólar no mercado internacional. A aceleração da reforma agrária poderia elevar a oferta de alimentos, mas o governo não cumpriu nem 40% da meta de assentamentos.

Em relação ao desemprego, que aparenta ser baixo com a taxa de 7,0% de desocupados, ele é, na realidade, muito maior: considerados também, a subocupação por insuficiência de

horas trabalhadas e os desalentados (ou seja, aqueles que desistiram de procurar emprego), a “taxa composta de subutilização da força de trabalho” calculada pelo IBGE chega a expressivos 15,9%. Deve-se considerar, também, que 38,0% dos que se consideram ocupados estão no setor informal, ou seja, sem as garantias trabalhistas mínimas e com rendimentos muito baixos.

O salário-mínimo calculado pelo DIEESE para ser equivalente às despesas mínimas de uma família de quatro pessoas foi de R\$ 7.638,62 em abril, ou seja, cinco vezes o salário-mínimo oficial de R\$ 1.518,00. Para adquirir uma cesta básica de alimentos destinada a apenas uma pessoa durante um mês, o trabalhador brasileiro remunerado pelo salário-mínimo gastaria 52,24% de sua renda líquida (descontada a contribuição para o INSS). Em São Paulo, onde o custo de vida é maior, chegaria a 62,72%!

Mas não é apenas o salário-mínimo oficial que está longe do salário-mínimo necessário, calculado pelo DIEESE. O salário médio de admissão dos trabalhadores informado pelo CAGED em abril foi de apenas R\$ 2.251,81 e o rendimento médio de todos os trabalhos, apurado em maio pela PNAD do IBGE, foi somente de R\$ 3.410,00, valores que representam, respectivamente, 29,5% e 44,6% do salário-mínimo necessário.

Fica evidente que, para alcançar o nível mínimo de subsistência, a imensa maioria das famílias brasileiras precisa ter mais de um de seus membros trabalhando ou, se não for assim, se alimentar muito mal e morar pior ainda.

As políticas compensatórias (como o Bolsa Família) e os pequenos aumentos reais do salário-mínimo dos governos do PT são claramente insuficientes para alterar as condições de vida dos trabalhadores, típicas de um país capitalista subdesenvolvido.

E ainda assim, a burguesia brasileira faz campanha para acabar com esses pequenos aumentos, acusando-os de inflar o déficit público, por incidirem também sobre o piso previdenciário. Acuada, o governo cedeu nos últimos dias do ano passado, substituindo a regra de aumento real do salário-mínimo, que era de acordo com o crescimento do PIB, por um teto máximo que varia de 0,6% a 2,5%.

Para se ter uma ideia, se houver aumento real de 2,5% do salário-mínimo durante todos os próximos anos, o que não é garantido, serão necessários 65 anos para que ele chegue ao valor do salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE. Caso seja adotado o teto de 0,6% de ganho real ao ano, serão necessários 270 anos!

E mesmo essa política de diminutos aumentos reais do salário-mínimo não tem a menor garantia de prosseguir nos próximos anos. Basta observar a campanha que a burguesia empreende por meio de seus “especialistas” na grande imprensa contra os aumentos reais do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado aos idosos pobres, e do piso das aposentadorias do INSS.

Além disso, a burguesia sempre exerce resistência duríssima, utilizando seus representantes dentro e fora do parlamento, contra qualquer aumento de impostos que a venha atingir, quer incida sobre as operações financeiras (IOF), quer incida sobre os lucros e dividendos que recebe, hoje totalmente isentos de qualquer cobrança por parte do governo.

Não é à toa, portanto, que a desigualdade social seja tão alta no Brasil. Em 2024, a renda média mensal da parcela composta pelo 1% mais rico do país era 36,2 maior que a do grupo composto pelos 40% mais pobres. Evidentemente que uma situação dessas não se altera pela simples concessão de migalhas, cada vez mais difíceis de arrancar da classe

dominante. Só com o fim da estrutura social capitalista, baseada na exploração do trabalhador, essa situação terá um fim.

A política econômica do governo

O crescimento econômico observado nos dois anos do governo Lula dificilmente se repetirá em 2025. A própria previsão oficial é de que cairá para 2,4%, em função principalmente do aumento das taxas de juros pelo Banco Central, cujo objetivo declarado é “frear o crescimento para controlar a inflação”.

Além disso, as tarifas alfandegárias decretadas por Trump afetarão as exportações brasileiras para os EUA, ao taxar em 10% a maioria das mercadorias e em 50% o aço e o alumínio. O freio no comércio mundial, decorrente do aumento geral das tarifas americanas, certamente diminuirá o fluxo global de comércio, elevará a inflação e ameaça levar a recessão a diversos países, afetando direta e indiretamente o Brasil. A própria OCDE[2] já prevê uma queda no crescimento do PIB mundial, passando dos 3,3% de 2024 para 2,9% em 2025.

Nas últimas estatísticas do PIB publicadas, o governo saudou o crescimento de 8,8% dos investimentos em 12 meses, mas a chamada “formação bruta de capital fixo” no país, que traduz esses investimentos, continua baixíssima, da ordem de apenas 17,8% do PIB, totalmente insuficiente para determinar qualquer salto econômico expressivo. Para se ter uma ideia do pequeno fôlego da economia nacional, a mesma taxa na China chegou a 41,1% em 2023.

Para compensar a anêmica taxa de investimentos nacional, Lula circula pelo mundo à procura de recursos externos, tendo

anunciado que a França promete investir US\$ 100 bilhões no país nos próximos anos. Como sempre, a burguesia brasileira se equilibra entre as potências mundiais, tentando tirar proveito dos dois lados. Apoia o “multilateralismo”, promove a reunião dos BRICS[3] no Rio de Janeiro, participa da reunião da CELAC[4] em Pequim, mas se esquia em aderir ao projeto de obras de infraestrutura denominado “Novas Rotas da Seda”, promovido pela China, para não causar problemas com os EUA.

Ao mesmo tempo, exercita tímidas tentativas de se apresentar como “potência emergente”, com o prosseguimento da construção de submarinos, convencionais e movido a energia nuclear, além da fabricação de caças supersônicos com motor brasileiro, mísseis e blindados.

Na economia, o governo segue, em última instância, a cartilha do capital financeiro. As declarações do novo presidente do Banco Central sobre os altos juros em nada diferem das declarações feitas anteriormente pelo seu antecessor bolsonarista. A “segurança fiscal”, ou seja, a capacidade de o país continuar pagando os juros da dívida pública, está acima de tudo, inclusive da “segurança alimentar”.

Não será surpresa se o governo acabar capitulando diante das pressões cada vez maiores da burguesia pelo fim dos aumentos reais do piso previdenciário e do BPC. Também já começam articulações para novas mudanças nas regras da previdência social, restringindo ainda mais os direitos sociais dos trabalhadores.

A conjuntura política

O processo sucessório de 2026 contamina a conjuntura política nacional.

A extrema direita bolsonarista se articula para a guerra digital, como revelou o recente encontro do Partido Liberal com as empresas de tecnologia, em Fortaleza. Ao mesmo tempo, conseguiu 257 assinaturas na Câmara dos Deputados para o projeto de anistia aos golpistas de 8 de janeiro, com o objetivo evidente de viabilizar a candidatura de Bolsonaro no próximo ano. Caso isso não seja possível, outros membros da família do capitão se apresentam como alternativa.

A tradicional direita brasileira, indevidamente denominada de “Centrão”, procura se agrupar para ter mais força eleitoral e no parlamento, constituindo federações e promovendo fusões entre as diversas siglas partidárias. O União Brasil e os Progressistas (PP), ambos herdeiros da antiga ARENA, partido oficial da ditadura militar, mas que integram o atual governo, pretendem criar uma federação partidária. Mesmo objetivo tem o PSDB com o Podemos e o MDB com os Republicanos.

Diante das fragilidades do governo Lula, as siglas da direita, estejam ou não representadas em ministérios, testam candidaturas alternativas para disputar a presidência em 2026. Assim, o bloco de “sustentação” do governo vai se tornando cada vez mais estreito e fraturado e a tendência do “Centrão” é abandonar tanto o governo como a candidatura de Lula em 2026.

O nome mais forte para atrair o apoio desses partidos e que, além disso, tem alguma penetração também da extrema direita, é o de Tarcísio de Freitas. Por sua atuação no governo de São Paulo, pautada em privatizações, defesa da violência policial e outras pautas conservadoras, o governador aparece como o candidato “puro-sangue” da burguesia, aquele que tem as melhores condições para levar a cabo, sem qualquer hesitação, o programa do capital financeiro.

Para a burguesia, Tarcísio é uma alternativa não apenas a Lula, mas também a Bolsonaro. Ela não tem interesse no momento de apoiar um ditador em potencial, capaz de limitar a dominação direta da classe dominante sobre o seu Estado. Além disso, tanto Lula como Bolsonaro estão desgastados. Segundo recente pesquisa da Quaest, 66% dos entrevistados declararam que Lula não deveria concorrer nas próximas eleições e 65%, que Bolsonaro também deveria desistir do pleito.

Os partidos de centro-esquerda, como o PDT e o PSB, também se afastam do PT e buscam caminhos próprios para 2026, enquanto o PSOL e o PCdoB continuam como linhas auxiliares do PT. Sem base social nem parlamentar, há muito tempo que o PT abandonou o trabalho de base junto aos trabalhadores, que existia em seus primeiros anos de existência, e hoje representa apenas um segmento da pequena burguesia assalariada.

Sem bases de massas e emparedado por uma frente política de centro-direita, o governo do PT não tem outra opção a não ser cumprir o programa ortodoxo do capital financeiro. Sem força suficiente dentro e fora do parlamento para aprovar medidas que poderiam beneficiar minimamente os trabalhadores e diminuir privilégios escandalosos da burguesia, o governo se vê obrigado seguidamente a voltar atrás e a desidratar o conteúdo de suas propostas.

Hoje é duvidoso que o governo consiga elevar o limite de isenção do imposto de renda para os que ganham até R\$ 5.000,00 por mês, o que beneficiaria a muitos trabalhadores e melhoraria as perspectivas eleitorais do PT. Mas é ainda mais improvável que o parlamento aprove a compensação prevista para essa isenção: a taxaço, variável de 2,5% a 10%, sobre os

lucros e dividendos acima de R\$ 50.000,00 por mês, recebidos por seletos 141.400 membros da classe dominante.

A burguesia também manifestou enorme resistência, por meio dos órgãos de representação de todas as suas frações e segmentos, quando o governo enviou um projeto de aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), visando cobrir o déficit das contas públicas.

Para a classe dominante, nenhum imposto a mais que afete seus lucros deve ser criado. Em vez disso, exige que sejam cortados recursos para a saúde e educação públicas e anulados os pequenos aumentos reais do piso das aposentadorias do INSS e do BPC, que beneficiam as parcelas mais pobres dos trabalhadores.

Os movimentos dos trabalhadores

Os trabalhadores continuam sofrendo com o caráter isolado de suas lutas e com uma estrutura sindical burocratizada, que não se dispõe a organizar o movimento pelas bases nem unificar as reivindicações. Mesmo a CUT, que no passado criticava a forma de agir do peleguismo tradicional, hoje não se interessa em fomentar as lutas, temendo criar problemas para a governabilidade do PT. Todos os sindicatos preferem se concentrar na discussão de formas de financiamento que substituam o imposto sindical e mantenham as direções das entidades na zona de conforto dos descontos obrigatórios.

Apesar dessa situação de apatia geral, devemos dar destaque a algumas lutas importantes dos trabalhadores, como o movimento da CSN-Mineração, em Congonhas (MG), ocorrido no mês de abril. Por 2.088 votos contra 2.057, os trabalhadores decidiram entrar em greve, sustentando o movimento por 11 dias. As principais reivindicações foram o pagamento da PLR, a

equiparação salarial e o fim do banco de horas. A greve mobilizou diversas categorias e sofreu muita pressão e intimidação por parte da empresa, que usou a segurança patrimonial para monitorar os trabalhadores e tentar impedir a adesão à greve.

Os principais ganhos alcançados foram: reajuste salarial de 5,85% para salários até R\$ 5.000,00 e 4% para salários acima desse valor; cartão alimentação reajustado para R\$ 1.090,26 mensais; auxílio-creche aumentado para R\$ 738,83; crédito extra de R\$ 900,00 no cartão-alimentação e abono salarial de 1,5 salários pagos até 2 de maio de 2025. Entretanto, não foram atendidas as demandas de reajuste linear e aplicação do salário-mínimo profissional.

Outro movimento importante foi a greve nacional dos precarizados, que ocorreu nos dias 31 de março e 1º de abril, denominado “Breque Nacional dos Apps 2025”, em 59 cidades do Brasil, dentre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Entre as principais reivindicações: melhores condições de trabalho e reajustes nas tarifas oferecidas pelas plataformas; taxa mínima de R\$ 10 por corrida; aumento da remuneração por quilômetro rodado, de R\$ 1,50 para R\$ 2,50; limitação da atuação das bicicletas a um raio máximo de três quilômetros; pagamento integral de cada pedido, mesmo em entregas agrupadas.

Essa foi uma das maiores mobilizações da categoria até hoje, embora nenhuma das demandas dos entregadores tenha sido atendida pelas plataformas de *delivery*. Nova paralisação ocorreu no dia 2 de maio, voltando a impactar centros logísticos e pontos de coleta em diversas capitais, porém, mais uma vez, as plataformas se negaram a aceitar as reivindicações. O principal ganho do movimento foi no âmbito

organizativo. Para dobrar a resistência das plataformas e obter ganhos efetivos, as futuras mobilizações precisarão ser ainda mais abrangentes e duradouras.

Outro movimento a ser destacado é o dos petroleiros da Petrobras, que anunciaram uma greve de advertência para os dias 29 e 30 de maio de 2025, suspensa pela FUP após a aprovação de uma nova proposta da empresa. O movimento tinha sido uma resposta à estagnação nas negociações com a empresa, especialmente em relação à remuneração variável (não pagamento integral da PLR), à volta do trabalho presencial (3 dias por semana) e à política de cortes de custos.

A insatisfação da categoria aumentou após declarações da presidente da Petrobras, que sinalizou com a contenção de despesas na empresa, mesmo depois do anúncio de um lucro líquido de R\$ 35,2 bilhões no primeiro trimestre e a distribuição de R\$ 11,72 bilhões em dividendos para os acionistas. Além disso, os sindicatos denunciaram a subnotificação de acidentes e exigiram maior transparência na gestão da segurança dos trabalhadores.

Ainda no setor de petróleo, em Canoas (RS), os trabalhadores terceirizados da Refinaria Alberto Pasqualini fizeram uma greve de quatro dias neste mês de junho, reivindicando, entre outros itens, reajuste salarial, melhores condições de trabalho, plano de saúde para os familiares e o fim dos contratos temporários de 100 dias.

Após “mediação” do Tribunal Regional do Trabalho, apenas algumas reivindicações foram atendidas, como o pagamento da PLR e o adiantamento do reajuste salarial previsto para agosto. Sempre que a força dos trabalhadores é insuficiente para quebrar a resistência dos patrões e o assunto é encaminhado para a decisão dos tribunais, são os trabalhadores que saem perdendo.

Também os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) estão mobilizados e podem iniciar uma greve a partir de 7 de agosto de 2025, caso as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/25 não avancem.

Entre as principais reivindicações da categoria estão: reajuste salarial digno; concurso público para suprir a falta de funcionários; redução dos custos do plano de saúde; reajuste das funções dos motoristas e retorno do adicional noturno. Até o momento, as reuniões com a direção da ECT não trouxeram avanços significativos, e os sindicatos estão organizando atos para fortalecer a mobilização. Paralelamente, a imprensa burguesa vem empreendendo uma campanha pela privatização ou pelo simples fechamento da empresa.

Também cabe fazer referência à greve dos professores municipais de Salvador, que já dura mais de 40 dias, apesar de ter sido julgada ilegal pelo Tribunal de Justiça da Bahia e pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mais um exemplo do caráter de classe da “Justiça”. A categoria reivindica o pagamento integral do piso nacional do magistério

(R\$ 4.867,77) e melhoria nas condições de trabalho. A Prefeitura decidiu descontar os dias parados e bloquear as contribuições sindicais, como forme de pressão, mas o movimento prossegue.

Em São Paulo, os professores da rede estadual entraram em greve no dia 25 de abril, reivindicando reajuste salarial de 6,27%, a contratação de 44 mil concursados, a climatização das salas de aula e o fim da privatização e da militarização das escolas. Na rede municipal a greve começou em 15 de abril e protesta contra o reajuste proposto pela Prefeitura, de apenas 2,6% em 2025 e 2,55% em 2026.

Cabe ainda destacar a luta pelo fim da jornada 6x1 como um movimento que tem condições de se expandir no país, por contar com o apoio de grande parte da população e dos trabalhadores. Esse tipo de jornada (um dia de folga por seis dias de trabalho) é mais frequente no setor do comércio e serviços e nos pequenos estabelecimentos, com pequeno número de trabalhadores empregados.

São setores dominados por sindicatos pelegos e a organização pelo local de trabalho é praticamente impossível. A única saída é uma mobilização política nacional, que pressione o Congresso pela votação de uma emenda constitucional que altere a duração da jornada de trabalho no Brasil, como propõe a PEC nº 8/2025.

Com esse objetivo de mobilização, cerca de cem entidades, incluindo a CUT e o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), estão lançando o “Plebiscito Popular 2025”, cuja votação começará no mês de julho, contando com urnas físicas em locais de trabalho, bairros e universidades e urnas digitais. As pautas do plebiscito são o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e a taxação dos super-ricos.

Embora o fim da jornada de 6x1 seja, teoricamente, mais fácil de alcançar por meio de uma mobilização nacional como a prevista, alterar a jornada de trabalho atual de 44 horas para 36 horas, como prevê a PEC 8/2025, exigiria muito mais do que um “plebiscito popular”. Dependeria sobretudo da mobilização ativa dos setores mais avançados dos trabalhadores, aqueles que se concentram nas grandes empresas e cujo poder de pressão sobre o capital é significativamente maior.

* * *

Notas:

[1] G-20 – Fórum de cooperação econômica que reúne as 19 maiores economias do mundo, além da União Europeia e da União Africana.

[2] OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, também conhecido como o clube dos países mais ricos do mundo.

[3] BRICS – Grupo de países originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

[4] CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

centro de estudos victor meyer